



GE Olho D'Água S.A.

CNPJ nº 12.723.444/0001-34

NIRE 24.300.005.059

Subsidiária Integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1

São Bento do Norte - RN

CEP 59.590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes e Outros créditos	17
6 Partes Relacionadas	18
7 Títulos e Valores Mobiliários	18
8 Imobilizado	19
9 Fornecedores	19
10 Empréstimos e Financiamentos	19
11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
12 Patrimônio Líquido	21
13 Outras Contas a Pagar	21
14 Receita Operacional Líquida	22
15 Custos e Despesas Operacionais	22
16 Resultado Financeiro	23
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	23
18 Instrumentos Financeiros	24
19 Seguros	27
20 Eventos subsequentes	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
PARECER DO CONSELHO FISCAL	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**A ACIONISTA**

A administração da GE Olho D'água S.A. (GE Olho D'água ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A GE Olho D'Água tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
GE Olho D' Água S.A.	30,0	15,3	113,86	235,21	25.02.2015	01.06.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2020

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2020.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2020	2019	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	161.238	182.871	(11,8)
Caixa e equivalentes de caixa	19.320	20.689	(6,6)
Títulos e valores mobiliários	4.695	4.517	3,9
Dívida total	67.096	74.112	(9,5)
Dívida líquida	43.081	48.906	(11,9)
Receita operacional bruta	27.839	20.124	38,3
Deduções da receita	(4.168)	(2.542)	64,0
Receita operacional líquida (ROL)	23.671	17.582	34,6
Custos e despesas operacionais	(14.212)	2.042	(796,0)
Resultado das atividades	9.459	19.624	(51,8)
Ebitda ou Lajida	15.446	24.522	(37,0)
Resultado financeiro	(3.984)	(4.549)	12,4
IRPJ/CSLL	(1.131)	(1.441)	(21,5)
Lucro operacional	5.475	15.075	(63,7)
Lucro líquido do exercício	4.344	13.634	(68,1)
Patrimônio líquido	69.791	66.478	5,0
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,1	1,0	10,0
Liquidez geral (índice)	0,6	0,5	20,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/ROL) (%)	65,3	139,5	(53,2)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	96,1	111,5	(13,8)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	23,1	85,7	(73,0)
Margem líquida (lucro ou prejuízo líquido/ROL) (%)	18,4	77,5	(76,3)
Participação de capital de terceiros (%)	56,7	63,6	(10,8)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	6,5	23,5	(72,3)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 14 de abril de 2021

Thadeu Carneiro da Silva

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR

THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

MARCIO LUIS BLOOT

CRISTINA KAKAWA

MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR

Suplente ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY

Titular EDSON JOSÉ MARCOLIN

Suplente LILIAN RENATA DE ANDRADE

Titular LUIZ HENRIQUE DE MELLO

Suplente ALFONSO SCHMITT

Titular NILBERTO LANGE JUNIOR

Suplente DARIO JACKSON SCHULTZ

Titular ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO

Suplente ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo THADEU CARNEIRO DA SILVA

Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.320	20.689
Clientes	5.1	4.788	4.163
Outros créditos	5.2	59	15.994
Imposto de renda e contribuição social		90	175
Outros tributos a recuperar		14	14
Despesas antecipadas		477	478
Partes relacionadas	6	223	223
		24.971	41.736
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	4.695	4.517
Outros tributos a recuperar		-	2
Partes relacionadas	6	21.387	17.438
		26.082	21.957
Imobilizado	8	110.185	119.178
		136.267	141.135
TOTAL DO ATIVO		161.238	182.871
PASSIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	167	93
Fornecedores	9	1.509	27.829
Imposto de renda e contribuição social		354	345
Outras obrigações fiscais		245	391
Empréstimos e financiamentos	10	7.179	7.215
Dividendos a pagar	6	6.997	5.966
Outras contas a pagar	13	5.970	37
		22.421	41.876
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	-	7.341
Imposto de renda e contribuição social diferidos		119	279
Empréstimos e financiamentos	10	59.917	66.897
Outras contas a pagar	13	8.990	-
		69.026	74.517
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	55.939	55.939
Reserva legal	12.2	1.042	825
Reserva de retenção de lucros	12.2	12.810	9.714
		69.791	66.478
TOTAL DO PASSIVO		161.238	182.871

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	23.671	17.582
Custos Operacionais	15	(13.170)	(10.884)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		10.501	6.698
Outras Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(917)	(490)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(125)	13.416
		(1.042)	12.926
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.459	19.624
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		1.013	1.932
Despesas financeiras		(4.997)	(6.481)
		(3.984)	(4.549)
LUCRO OPERACIONAL		5.475	15.075
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(1.291)	(1.281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		160	(160)
		(1.131)	(1.441)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.344	13.634

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.344	13.634
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	4.344	13.634

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019		55.939	143	-	2.046	-	58.128
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.634	13.634
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(2.046)	-	(2.046)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	682	-	-	(682)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(3.238)	(3.238)
Reserva de retenção de lucros	12.2	-	-	9.714	-	(9.714)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		55.939	825	9.714	-	-	66.478
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.344	4.344
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	217	-	-	(217)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(1.031)	(1.031)
Reserva de retenção de lucros	12.2	-	-	3.096	-	(3.096)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		55.939	1.042	12.810	-	-	69.791

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.344	13.634
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas	10.2	4.996	6.453
Imposto de renda e contribuição social	17	1.291	1.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(160)	160
Depreciação	8	5.987	4.898
Resultado das baixas de imobilizado	8	-	14
		16.458	26.440
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(625)	1.037
Outros créditos	5.2	15.935	(15.994)
Imposto de renda e contribuição social		85	(77)
Outros tributos a recuperar		2	23
Despesas antecipadas		1	(338)
Partes relacionadas		(3.949)	(8.141)
		11.449	(23.490)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		74	(1.546)
Fornecedores		(16.197)	6.255
Outras obrigações fiscais		(146)	214
Outras contas a pagar		659	1
		(15.610)	4.924
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.297	7.874
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.282)	(5.674)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(5.031)	(6.227)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.984	(4.027)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(178)	6.187
Aquisições de imobilizado	8	(194)	(985)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(372)	5.202
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(6.981)	(6.977)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(6.981)	(6.977)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.369)	(5.802)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	20.689	26.491
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	19.320	20.689
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.369)	(5.802)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A GE Olho D'Água S.A. (GE Olho D'Água ou Companhia) com sede na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Dreen Olho D'Água, por meio da Portaria MME nº 343/2011, com 30 MW de potência instalada e garantia física de 15,3 MW médios. A entrada em operação comercial foi em 25.02.2015 e a data de vencimento da autorização é 1º.06.2046. A Companhia possui 14,9 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativo no início de 2021, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração e comercialização de energia elétrica.

GE Olho D'Água S.A.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14.04.2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

GE Olho D'Água S.A.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nºs 3.4 e 11 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nºs 3.7 e 17 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

GE Olho D'Água S.A.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

GE Olho D'Água S.A.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões para litígios e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

GE Olho D'Água S.A.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

GE Olho D'Água S.A.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- i. CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework);
- ii. Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).
- iii. Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”;
- iv. Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir do exercício de 2021, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- i. Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”;
- ii. CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- iii. CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- iv. CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- v. Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018–2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos; CPC 29 / IAS 41 - Agricultura;
- vi. Alterações no CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- vii. CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4.

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	1.649	2.142
Aplicações financeiras de liquidez imediata	17.671	18.547
	19.320	20.689

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96,0% e 100,2% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes e Outros créditos

5.1 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2020	31.12.2019
Contratos regulados	2.209	-	-	2.209	1.738
CCEE	2.579	-	-	2.579	2.425
	4.788	-	-	4.788	4.163

Em 31.12.2020, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

5.2 Outros créditos

	31.12.2020	31.12.2019
Entidades seguradoras (a)	-	15.994
Outros créditos	59	-
	59	15.994

- a) Indenização por lucros cessantes no valor de R\$ 2.473, contabilizado em contrapartida da Receita operacional (NE nº 14) e indenização por danos materiais no valor de R\$ 13.521, contabilizado em contrapartida da rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (NE nº 15).

6 Partes Relacionadas

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (b)	223	223
Ativo não circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (b)	21.387	17.438
Entidade sob controle comum - GE Farol S.A.	-	-
Passivo circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. - Dividendos	6.997	5.966
Controlador - Copel Geração e Transmissão S.A. (a)	86	30
Controlador - Companhia Paranaense de Energia (a)	12	10
Entidade sob controle comum - Copel Distribuição S.A. (a)	52	53
- Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (a)	17	

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do BNDES da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 10).

Em 2020, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 19 e encargos sociais, no valor de R\$ 4. A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

7 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2020	31.12.2019
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	4.598	4.413
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI	97	104
	Não circulante	4.695	4.517

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE nº 10) e o CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

GE Olho D'Água S.A.

8 Imobilizado

A Companhia registra o ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

	Saldo em 1º.01.2019	Adições	Deprecia- ção (a)	Baixas	Capita- lizações	Saldo em 31.12.2019	Adições	Deprecia- ção (a)	Capita- lizações	Transfe- rência	Saldo em 31.12.2020
Em serviço											
Máquinas e equipamentos	23.506	-	(4.891)	-	100.138	118.753	-	(5.970)	194	(3.200)	109.777
Edificações	131	-	(6)	-	289	414	-	(16)	-	-	398
Móveis e utensílios	20	-	(1)	-	(8)	11	-	(1)	-	-	10
	23.657	-	(4.898)	-	100.419	119.178	-	(5.987)	194	(3.200)	110.185
Em curso											
Custo	81.235	19.198	-	(14)	(100.419)	-	194	-	(194)	-	-
	81.235	19.198	-	(14)	(100.419)	-	194	-	(194)	-	-
	104.892	19.198	(4.898)	(14)	-	119.178	194	(5.987)	-	(3.200)	110.185

(a) Taxa média de depreciação de 4,82 % (4,94 % em 2019).

Em 31.12.2020, o custo do imobilizado em serviço totaliza R\$ 124.624, com depreciação acumulada de R\$ 14.439. A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2020 e 2019.

9 Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
Energia elétrica - Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	-	16.580
Materiais e serviços	1.399	18.496
Encargos de uso da rede elétrica	110	94
	1.509	35.170
Circulante	1.509	27.829
Não circulante	-	7.341

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2020	31.12.2019
11211551	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	67.096	74.112
						67.096	74.112
						Circulante	7.179
						Não circulante	59.917
							7.215
							66.897

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2022	6.981
2023	6.981
2024	6.981
2025	6.981
2026	6.981
Após 2026	25.012
	59.917

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 01.01.2019	80.863
Encargos e variação monetária	6.453
Amortização - principal	(6.977)
Pagamento - encargos	(6.227)
Em 31.12.2019	74.112
Encargos e variação monetária	4.996
Amortização - principal	(6.981)
Pagamento - encargos	(5.031)
Em 31.12.2020	67.096

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

As controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2020, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal, porém, na avaliação de seus assessores legais, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

GE Olho D'Água S.A.

Em 31.12.2020, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 10.323 (R\$ 9.171 em 31.12.2019), são de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2020 monta a R\$ 55.939 (R\$ 55.939, em 31.12.2019), composto por 55.939.030 ações ordinárias pertencentes à São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

12.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

12.3 Dividendos

	31.12.2020	31.12.2019
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.344	13.634
Reserva legal (5%)	(217)	(682)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	4.127	12.952
(2) Dividendos propostos	1.031	3.238

13 Outras Contas a Pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	14.924	-
Outras contas a pagar	36	37
	14.960	37
Circulante	5.970	37
Não circulante	8.990	-

14 Receita Operacional Líquida

	31.12.2020	31.12.2019
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	26.111	23.674
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	72	111
Outras receitas operacionais - indenização de seguradora (NE nº 5.2)	-	2.473
(-) Provisão para não performance de geração	1.656	(6.134)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(834)	(898)
(-) ICMS Substituição Tributária	(3.334)	(1.644)
	23.671	17.582

15 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(239)	-	-	(239)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.313)	-	-	(1.313)
Pessoal e administradores	-	(415)	-	(415)
Planos previdenciário e assistencial	-	(26)	-	(26)
Material	(370)	(348)	-	(718)
Serviços de terceiros	(3.928)	(32)	-	(3.960)
Depreciação e amortização	(5.987)	-	-	(5.987)
Provisão/Reversão de Provisão para litígios	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(217)	-	-	(217)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos	(1.116)	(96)	(125)	(1.337)
	(13.170)	(917)	(125)	(14.212)

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(23)	-	-	(23)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.232)	-	-	(1.232)
Pessoal e administradores	-	(303)	-	(303)
Planos previdenciário e assistencial	-	(21)	-	(21)
Material	(105)	(28)	-	(133)
Serviços de terceiros	(3.744)	(65)	-	(3.809)
Depreciação e amortização	(4.898)	-	-	(4.898)
Reversão de Provisão para litígios	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(204)	-	-	(204)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos (a)	(678)	(73)	13.416	12.665
	(10.884)	(490)	13.416	2.042

(a) No saldo está contida a receita de R\$ 13.521 referente a indenização de seguradora (NE nº 5.2).

15.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2020
Arrendamento de terrenos	272	1.653	7.800	9.725

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16 Resultado Financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	426	1.719
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	21	-
Juros sobre liquidações na CCEE	510	204
Outras receitas financeiras	56	9
	1.013	1.932
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	4.996	6.453
Outras despesas financeiras	1	28
	4.997	6.481
Líquido	(3.984)	(4.549)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2020		31.12.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	25.892	25.892	23.673	23.673
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	72	72	111	111
Receita de Contratos Bilaterais Empresas do Grupo	219	219	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	2.473	2.473
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.095	3.142	2.101	3.151
Receita Financeira	1.013	1.013	1.932	1.932
(-) Receita Financeira Provisionada	471	471	(472)	(472)
Recuperação de Despesa Financeira	10	10	-	-
(=) Base de cálculo	3.589	4.636	3.562	4.612
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	874	417	866	415
Receita financeira provisionada	(471)	(471)	472	472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118)	(42)	118	42

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2020		31.12.2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	19.320	19.320	20.689	20.689
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	4.695	4.695	4.517	4.517
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		4.788	4.788	4.163	4.163
Total dos ativos financeiros			28.803	28.803	29.369	29.369
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.509	1.509	35.170	35.170
Empréstimos e financiamentos (c)	10		67.096	62.654	74.112	74.498
Total dos passivos financeiros			68.605	64.163	109.282	109.668

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel e/ou suas subsidiárias, de 120,0% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	19.320	20.689
Títulos e valores mobiliários (a)	4.695	4.517
Clientes (b)	4.788	4.163
	28.803	29.369

GE Olho D'Água S.A.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação do passivo financeiro, em cada faixa de tempo.

	NE	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2020							
Empréstimos e financiamentos	10	785	1.912	8.508	40.817	36.605	88.627
Fornecedores	9	1.469		40			1.509
		2.254	1.912	8.548	40.817	36.605	90.136

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

GE Olho D'Água S.A.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2020 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 4,00% e TJLP: 4,98%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2020	Cenários Projetados - dez/2021		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	4.695	188	141	94
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(67.096)	(3.341)	(4.177)	(5.012)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo da provisão registrado no passivo referente a não performance poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	67.096	74.112
(-) Caixa e equivalentes de caixa	19.320	20.689
(-) Títulos e valores mobiliários	4.695	4.517
Dívida líquida	43.081	48.906
Patrimônio líquido	69.791	66.478
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,62	0,74

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2022	129.918
Riscos Operacionais	27.06.2021	180.219
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2022	20.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2023	11.599
Garantia de Pagamento - Extremoz	17.11.2021	138

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2020, de R\$ 5,1967.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

20 Eventos subsequentes

20.1 Incidente cibernético

Em janeiro de 2021, a Copel tomou conhecimento de que foi exposta a um incidente cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação ("TI") que interrompeu alguns sistemas e afetou parcialmente as operações administrativas da Companhia. A Copel envolveu os principais especialistas, inclusive externos, em segurança cibernética e controles gerais de TI, lançou um esforço abrangente de contenção e remediação e iniciou uma investigação forense. Nas primeiras semanas de fevereiro de 2021, a Copel havia restabelecido todos os seus sistemas administrativos e retomado suas operações em todos os seus negócios.

O incidente cibernético não teve um impacto significativo no desempenho de receita dos negócios da Companhia relativo ao exercício findo em 31.12.2020, apesar de ter resultado em um pequeno atraso no faturamento nos primeiros dias de fevereiro de 2021 decorrentes de medidas preventivas para identificação do alcance do incidente. A despesa incremental incorrida em decorrência do incidente cibernético não foi material, inclusive não foi identificada provisão a reconhecer em 31.12.2020.

Em 1º.02.2021, com mais compreensão sobre o evento ocorrido, a Copel emitiu Comunicado ao Mercado nº 07/21, informando que parte dos seus sistemas estavam indisponíveis de maneira transitória, exceto os sistemas operacionais, que prestam serviços de fornecimento de energia e de telecomunicações, os quais continuaram operando sem interrupções.

GE Olho D'Água S.A.

A Copel executou procedimentos extensos para validar a exatidão e a integridade das informações e não foi identificado nenhum acesso ao ambiente computacional que concentra os sistemas ERP e de faturamento da Companhia, bem como em pastas e/ou arquivos com presença de dados pessoais sensíveis, de modo que não há nenhuma indicação de que a exatidão e a integridade das informações financeiras tenham sido afetadas como resultado do incidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
GE Olho D'Água S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GE Olho D'Água S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE Olho D'Água S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

GE Olho D'Água S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

GE Olho D'Água S.A.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 E
SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO
LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2020**

Os membros do Conselho Fiscal da GE Olho D'água S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 14 de abril de 2021

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

EDSON JOSÉ MARCOLIN

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

NILBERTO LANGE JUNIOR

ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO